



Autoridade Reguladora das Actividades Públicas

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DE 2013

AUTORIDADE REGULADORA DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS

Conselho Administração

CAPITULO I. INTRODUÇÃO

Este relatório pretende descrever sucintamente as atividades desenvolvidas pela Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas – ARAP no período compreendido entre Janeiro a Dezembro de 2013.

CAPITULO II. CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO ACTUAL

Da organização e funcionamento da ARAP

- ✓ ARAP empossou novos membros do Conselho Consultivo. Joao Duarte Gomes a representar a Associação dos Municípios de Cabo Verde, Maria Dulce de Melo a representar Inspeção Geral das Obras Públicas e Particulares - MIEM e Margareth da Luz em representação da Direção Geral do Património e da Contratação Pública - MFP. Uma mudança provocada pela substituição dos membros nas Entidades que compõe o Conselho.

Para além das entidades acima, fazem parte ainda do Conselho Consultivo a Associação de Defesa do Consumidor, o Conselho Superior da Câmara de Comércio, e a Ordem dos Engenheiros de Cabo Verde.

- ✓ O órgão encarregue de resolver os conflitos que surgem durante os processos de aquisições públicas, viu a sua equipa completada com a posse de um novo membro, motivado pela renúncia do anterior membro, Dr. Milton Paiva. O empossado foi João Gomes que é formado em Direito e foi selecionado a integrar a CRC em representação do sector privado, através de um concurso público.

O novo Administrador, João Tavares, foi empossado em Junho pela Ministra das Finanças e do Planeamento. Tavares substitui, no cargo, o anterior administrador Amaro da Luz que solicitou término de mandato. E, em Agosto foi dado finda a comissão de serviço da Administradora em exercício desde Setembro de 2010, voltando novamente o Conselho de Administração a ficar com dois membros.

MODERNIZAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E RACIONALIZAÇÃO

AUTORIDADE REGULADORA DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS

Conselho Administração

- ✓ Participação na Missão GAO de 13 a 22 de Maio, tendo o encontro técnico com a ARAP decorrido a 16 de Maio, com apresentação em *power point*, refletindo o ponto de situação dos projetos e da reforma legal, com foco na implementação das recomendações do PEMFAR, destacando-se pela primeira vez a presença da Cooperação Luxemburguesa, na reunião com ARAP.
- ✓ Participação na Missão GAO de 04 a 14 de Novembro, tendo o encontro técnico com a ARAP decorrido no dia 06, com informações sobre o ponto de situação dos projetos e da reforma legal.
- ✓ Organização de Missão GAO – Procurement, ocorrido 25 à 28 de Novembro, com o intuito do Banco Mundial conhecer melhor os diplomas legais objetos da reforma legal e contribuir na sua feitura;
- ✓ Participação no processo de avaliação de meio percurso do Projeto de Capacitação das Pequenas e Médias Empresas e Governação Eletrónica – PCPME&GE, enquanto beneficiária do mesmo.
- ✓ Receção de uma Missão de Moçambique da UFSA – Unidade Funcional de Supervisão das Aquisições – Direção Nacional do Património do Estado – Ministério das Finanças e do Planeamento, tendo sido apresentado por parte da ARAP o Sistema Nacional de Contratação Pública, as atribuições da CRC, bem como os desafios da entidade reguladora. O estabelecimento de um protocolo de cooperação foi lançado como forma da ARAP apoiar a Unidade Funcional de Supervisão das Aquisições - UFSA - no que tange à capacitação, mas sobretudo em matéria de resolução de conflitos.
- ✓ Organização de um encontro com a Unidade de Informação Financeira – UIF, com objetivos de lançar as bases para o estabelecimento de uma parceria. Como forma de assegurar esta abordagem, foi nomeado um técnico da ARAP, como ponto focal na UIF.

MODERNIZAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E RACIONALIZAÇÃO

Rua Neves Ferreira, N° 05 - Cruzeiro - Zona do Ténis - Plateau - Praia - Cabo Verde - PBX: (+238) 260 04 07 –
Fax: (+238) 261 5666 – C.P. 787 - www.arap.cv

AUTORIDADE REGULADORA DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS

Conselho Administração

- ✓ Receção de uma missão de Portugal, composta pelo Instituto da Construção e Imobiliária – INCI, e a Secretaria Geral do Ministério da Económica de Portugal - SGME.
- ✓ Iniciação do processo da implementação do CAF e aprovação do Plano de melhorias que foram inscritas no Plano de atividade da ARAP para 2014.

CAPITULO III - ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

O Plano de atividades da ARAP para 2013 listou as atividades em conformidade com os pilares estratégicos definidos e integrados em ações cujos objetivos foram previamente traçados, bem como os indicadores e os resultados esperados.

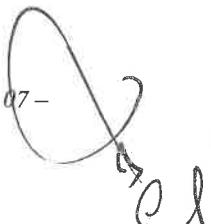
PILAR 1: REGULAÇÃO NO MERCADO DE COMPRAS PÚBLICAS

1.1. Normalização – objetivo é de assegurar a boa gestão do dinheiro público investido nas compras públicas, o cumprimento da lei e o melhor funcionamento do Sistema.

1.1.1. Acompanhamento do processo de revisão dos diplomas de contratação Pública – Anteprojetos do Código de Contratação Pública; Regime jurídico das empreitadas de obras públicas; Estatuto da ARAP e Regulamento das Unidades de Gestão de Aquisições – UGA. A ARAP socializou e divulgou os anteprojetos a nível nacional que culminou com a apresentação, vertente formativa dos consultores. A ARAP criou três *task force* para a conclusão dos diplomas, com o apoio de uma equipa do Banco Mundial.

1.1.2. Socialização dos anteprojetos de lei referente a Contratação Pública: na Camara Municipal de Ribeira Grande de Santiago; Camara Municipal de São Domingos, todas às Câmaras Municipais de Santiago Norte; Câmara Municipal da Praia; CI, Empresas Públicas, Entidades reguladoras; Unidades de gestão

MODERNIZAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E RACIONALIZAÇÃO



AUTORIDADE REGULADORA DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS

Conselho Administração

das aquisições, Direções Gerais do Planeamento, Orçamento e Gestão; Unidade de Coordenação de Reforma do Ministério das Finanças; Unidade de Manutenção e Sistemas do MFP; Direções Gerais do MFP;

- 1.1.3. Elaboração dos termos de referência, para elaboração de alguns diplomas que irão complementar os de contratação pública (Leis conexas), mas também incluirão as propostas de regime de execução dos contratos de bens, serviços e serviços de consultoria e o regulamento da Plataforma eletrónica de contratação Pública.
- 1.1.4. Atualização dos termos de referência para elaboração dos manuais (manual de contratação pública, manual do júri, manual de auditoria), que incluirão os documentos estandardizados de procedimentos e guias de boas práticas e submissão ao Projeto de Capacitação das Pequenas e Médias Empresas & Governação Económica – PCPME&GE, na DNP-MFP.
- 1.1.5. Receção e tratamento do Plano anual de Aquisições do MFP;
- 1.1.6. Manutenção da filosofia de atuação pedagógica – apreciação de vários documentos de procedimento; emissão de pareceres de várias entidades adjudicantes, conforme quadro infra e enviado recomendações de melhorias, conforme consta do capítulo conclusões:

2. PROCESSOS DE AQUISIÇÃO SUBMETIDOS PELAS ENTIDADES ADJUDICANTES

Nº Processo	Entidade adquirente	Objeto	Modalidade de Procedimento
1	Câmara Municipal do Sal	Contratação de uma empresa para realização do Festival de Santa Maria2013	Concurso público

MODERNIZAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E RACIONALIZAÇÃO

AUTORIDADE REGULADORA DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS

Conselho Administração

2	MAHOT - Direção Geral de Desc. Administração Local	Contratação de uma empresa para realização do Estudo de viabilidade da criação do Município de Santa Maria2013	Concurso público
3	ANAC - Agência Nacional das Comunicações	Contratação de serviço de avaliação de equipamento de rede de telecomunicação 2 ^a e 3 ^a geração móvel	Concurso público
4	Ministério Saúde- DGPOG	Fornecimento de equipamentos para o Centro de Hemodiálise do Hospital Dr. Agostinho Neto	Concurso Publico
5	Ministério da Justiça	Fornecimento de géneros alimentícios para Cadeias Centrais	Concurso Publico
6	Câmara Municipal de S. Filipe	Construção de um espaço para Comércio Informal	Concurso Público
7	Câmara Municipal do Sal	Concessão e desenvolvimento do Marco Histórico do Município do Sal.	Concurso Publico
8	MIEM – Ministério das Infraestrutura e Economia Marítima	Concurso concessão serviço público transporte marítimo na linha Praia/Maio/Praia.	Concurso Publico
9	MIEM – Ministério das Infraestrutura e Economia Marítima	Ampliação do Edifício da Esquadra Policial BIC/BAC Fonte Inês - S. Vicente	Concurso Publico
10	MIEM – Ministério das Infraestrutura e Economia Marítima	Concurso público para assistência técnica para estudos preparatórios no quadro do processo reestruturação do sistema de transporte inter-ilhas.	Concurso Publico
11	MTIE - Direção Geral do Turismo	Concurso para contratação de uma Empresa/equipa de Consultoria para elaboração do Plano Estratégico para o Turismo de Cruzeiros	Concurso público
12	Instituto Nacional de Gestão de Recursos Hídricos - INGRH	Aquisição de material informático	Concurso público / Aquisição competitiva

MODERNIZAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E RACIONALIZAÇÃO

Rua Neves Ferreira, Nº 05 - Cruzeiro - Zona do Ténis - Plateau - Praia - Cabo Verde - PBX: (+238) 260 04 07
 Fax: (+238) 261 5666 - C.P. 787 - www.arap.cv

AUTORIDADE REGULADORA DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS

Conselho Administração

13	MIEM – IGOPP	Fiscalização da empreitada da reconstrução da Ponte D'Agua – Boavista	Concurso Público
14	ADEI – Agência para o Desenvolvimento empresarial e Inovação	Contratação de um consultor para organização e execução do evento Rodada de Negócios, na ilha do Sal de 25 a 27 de Setembro	Concurso Público
15	Ministério da Justiça	Aquisição de Fardamento	Concurso Público
16	Ministério da Justiça	Aquisição de Equipamento Informático	Concurso Público
17	MTIE - Direção Geral de Energias	Eletrificação Agostinho Alves	Concurso Público
18	ANAC – Agência Nacional das Comunicações	Pré-qualificação de firma de consultoria	Concurso Público
19	MIEM – Ministério das Infraestrutura e Economia Marítima	Construção da Ponte Ribeira D'água Boavista	Ajuste Direto
20	Ministério da Justiça	Aquisição de Uniformes de serviço para o Corpo de Agentes Prisionais	Concurso Público
21	ANAC Agência Nacional das Comunicações	Acompanhamento do Processo Concursal nº 4/2013 Aquisição de Armário de Arquivo Embutido.	Concurso Público
22	MFP - Ministério das Finanças e do Planeamento	Concurso nº 2	Concurso público
23	INPS – Instituto Nacional de Previdência Social	Pré-qualificação de empresas para fornecimento de bens e serviços	Concurso Público
24	ANAC - Agência Nacional das Comunicações	Contratação de serviço de avaliação de equipamento de rede de telecomunicação 2 e 3 ^a geração móvel	Concurso público
25	Ministério Saúde- DGPOG	Fornecimento de equipamentos para o Centro de Hemodiálise do Hospital Dr. Agostinho Neto	Concurso Publico
26	Cabo Verde Investimentos	Recrutamento de um consultor para feitura de Regulamentos dos Decretos de Lei	
27	FICASE	Aquisição de Gêneros Alimentícios	
28	FICASE	Reimpressão mediante	

MODERNIZAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E RACIONALIZAÇÃO

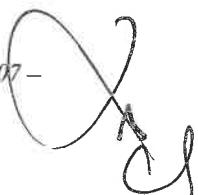
Rua Neves Ferreira, Nº 05 - Cruzeiro - Zona do Ténis - Plateau - Praia – Cabo Verde - PBX: (+238) 260 04 07 –
Fax: (+238) 261 5666 – C.P. 787 - www.arap.cv

AUTORIDADE REGULADORA DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS

Conselho Administração

		apresentação de fotolitos	
29	FICASE	Aquisição de frutas e legumes de origem local para escolas dos Concelhos da Praia e de Santa Cruz	
30	FICASE	Aquisição de peixe fresco (cavala) para 7 escolas da Praia	
31	FICASE	Aquisição de géneros alimentícios a serem entregues nos armazéns centrais da FICASE	
32	Câmara Municipal da Praia	Contratação de uma Empresas para realização do Festival da Gamboa 2013	
33	ICIEG – Instituto Cabo-verdiano para Igualdade do Género	Recrutamento de u consultor para encarregado de programa	
34	MDR – Ministério do Desenvolvimento Rural	Seleção de uma empresa de consultoria para “Elaboração de estudos e planos de gestão florestal a nível nacional”	
35	MFP – Ministério das Finanças e do Planeamento	Aquisição de materiais de escritório	
36	IFH – Instituto Fundiário e Habitat	Construção de 120 habitações de interesse social em SV	
37	IFH - Instituto Fundiário e Habitat	Construção de 130 habitações de interesse social em Achada Limpo - Praia	
38	IFH - Instituto Fundiário e Habitat	Construção de 50 habitações de interesse social em São Lourenço dos órgãos	
39	IFH - Instituto Fundiário e Habitat	Construção de 160 habitações de interesse social em Santa Maria – Ilha do Sal	
40	INDP – Instituto Nacional do Desenvolvimento as Pescas	Contratação de serviço de vigilância e proteção	
41	INDP - Instituto Nacional do Desenvolvimento as Pescas	Contrato de arrendamento de imóvel	
42	ANAC Agência Nacional das Comunicações	Contratação de empresas de Construção da Estação remota de controlo do Espectro Radioelétrico	

MODERNIZAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E RACIONALIZAÇÃO



AUTORIDADE REGULADORA DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS

Conselho Administração

		da Ilha do Sal	
43	MAHOT	Aquisição de viatura	
44	MJ - Ministério da Justiça	Contratação de empresa para instalação de Energia renovável na Cadeia do Sal	
45	MJ – Ministério da Justiça	Aquisição de equipamentos de cozinha industrial para Cadeia Central da Praia	
46	MIEM - Ministério das Infraestrutura e Economia Marítima	Concessão para Gestão e Exposição das Unidades de Produção de Gelo da Praia e Mindelo	

1.2. Divulgação – objetivo é prestar permanentemente clara e relevante informação ao público e promover de forma pedagógica uma cultura de boas práticas de aquisições públicas

1.2.1. Produção de materiais publicitários da ARAP, incluindo *design*, produção de textos, e formatação dos respetivos materiais;

1.2.2. Organização de uma mesa redonda sobre “*A Participação das MPME nas Contratações Públicas*”, na comemoração do 5º aniversário da ARAP, em Maio;

1.2.3. Confeção de InfoARAP (produção de textos, imagens, diagramação e paginação) de Janeiro a Maio;

1.2.4. Organização e acompanhamento de vários eventos da apresentação do anteprojeto do código de contratação pública; Estatuto da ARAP, Regulamento das UGA e do regime jurídico das empreitadas de obras públicas;

1.2.5. Criação de instrumentos de divulgação (incluindo a produção de cartaz, programa-convite, nota de imprensa) para os eventos organizados;

1.2.6. Participação na semana Global de empreendedorismo, com apresentação de cinco palestra para universitários e micro e pequenos empresários, e

MODERNIZAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E RACIONALIZAÇÃO

AUTORIDADE REGULADORA DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS

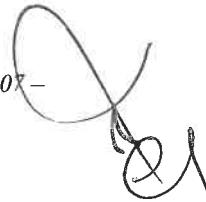
Conselho Administrativo

entidades adjudicantes, de 18 à 24 de Novembro, na ARAP; Uni Piaget e no ISCJS;

- 1.2.7. Presidência da abertura do Curso de Pós Graduação em Direito dos Contractos no ISCJS no dia 5 Dezembro;
- 1.2.8. Atualização do site da ARAP: feitas 80 novas atualizações de conteúdo ao site, num total de 160 novas inserções; Janeiro a Dezembro
- 1.2.9. Os anúncios de aquisição divulgados no site da ARAP foram quarenta e oito (48);
- 1.2.10. Lançamento do perfil da ARAP no facebook, e acompanhamento através de colocação de fotos, links para página da ARAP com anúncios e divulgação do *link* via email de Janeiro a Dezembro;
- 1.2.11. Organização e padronização de *power point's* para apresentações diversas, Janeiro a Dezembro;
- 1.2.12. Participação na elaboração da proposta de revista de regulação, com as demais entidade reguladoras (AAC, ARE, ANAC e ARFA);
- 1.2.13. Organização de vários encontros visando a divulgação da reforma legal e da missão da ARAP, bem como procurar de parcerias, para mobilização de recursos para nossas atividades nomeadamente: Nova Direção da Câmara de Comercio de Industria e Serviços de Sotavento; Nações Unidas, Centro de Politicas Estratégicas; Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde; Câmara Municipal de São Vicente; Cooperação Luxemburguesa e LUX Dev; Líder Parlamentar do Movimento para a Democracia; Secretaria-geral da Assembleia; Secretaria-geral do Governo;

- 1.3. **Criação, certificação promoção e desqualificação das UGA – objetivo é assegurar que os processos aquisitivos se desenvolvam de acordo com os princípios da legalidade, liberdade de acesso aos procedimentos, economia e eficiência, interesse público, igualdade, proporcionalidade, transparência e**

MODERNIZAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E RACIONALIZAÇÃO





AUTORIDADE REGULADORA DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS

Conselho Administração

publicidades e verificar a capacidade adequada dos integrantes da UGA para garantir melhor condução dos procedimentos:

1.3.1. Certificação dos integrantes da UGA da Câmara Municipal de São Domingos;

1.3.2. Apreciação do pedido de certificação da Câmara Municipal do Sal;

1.3.3. Avaliação da aplicação eletrónica de certificação, fase aos anteprojetos de Código de Contratação Pública e Regulamento das UGA.

PILAR 2 - AUDITORIA

2.1. Auditoria – objetivo é examinar as peças dos processos e verificar a conformidade legal:

2.1.1. Atualização dos termos de referência para a feitura das auditorias aos processos conduzidos em 2011 e 2012 e submissão ao PCMPE&GE;

2.1.2. Elaboração do Plano de Ação de recomendações das auditorias de 2010 – homologado em Março pela Ministra das Finanças e do Planeamento.

PILAR 3 – FORMAÇÃO

3.1. Formação interna – objetivo é zelar para uma adequada capacitação dos colaboradores da ARAP

- ✓ Participação no encontro “*Desafios da Gestão da Cooperação*”, organizado pelo Centro de Políticas Estratégicas, em Janeiro;
- ✓ Participação no “*Atelier Regional da OMC, sobre Acordo de Compras Públicas*” realizado em Dakar – Senegal, em Abril, cujo tema foi “*Promover o comércio, a governação e a racionalização dos recursos no mercado público: Importância do MODERNIZAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E RACIONALIZAÇÃO*

AUTORIDADE REGULADORA DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS

Conselho Administração

Acordo de Compras Públicas da OMC - (ACP) e considerações de política geral para os Países Africanos.” e o objetivo permitir aos especialistas do comércio e dos mercados públicos de trocarem informações sobre atividades e iniciativas ligadas ao comércio que são levadas ao nível nacional, bilateral, multilateral e regional no domínio de mercados públicos.

Participação no Seminário de validação do Estudo Diagnóstico da Integração do Comércio 2013;

- ✓ Participação no Workshop de Validação PEMFAR, ocorrido no âmbito da missão GAO, a 14 de Maio. As recomendações do PEMFAR sobre o Sistema Nacional de Contratação Pública, foram quase totalidade absorvidos;
- ✓ Inscrição de dois colaboradores no Curso de Direito Administrativo Cabo-verdiano administrado pela Fundação Direito e Justiça;
- ✓ Participação na jornada técnica organizada pela Inspeção Geral da Construção Imobiliária – IGCI, do MIEM “*O quadro regulatório da Inspeção, Auditoria na construção*”;
- ✓ Participação de todas as sessões de apresentação de reforma do Ministério das Finanças e do Planeamento;
- ✓ Participação na palestra “*A Situação do Mercado Brasileiro das Parcerias Público Privadas – PPP*”.
- ✓ Participação de quatro colaboradores numa ação de formação, organizada pelas Câmaras de Comercio de Sotavento e de Barlavento sobre *Procurement*, que decorreu de 16 à 20 de Setembro.
- ✓ Apresentação do módulo “*Processo de Reforma da Contratação Pública*”, no âmbito da formação sobre Procurement, nas Câmaras de Comércio de Barlavento e de Sotavento;

MODERNIZAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E RACIONALIZAÇÃO

AUTORIDADE REGULADORA DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS

Conselho Administração

-
- ✓ Participação no Atelier de Reflexão e Planificação com parceiros chave do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), realizado pela FICASE;
 - ✓ Participação na ação de socialização e formação do Código Geral Tributário e Código do Processo Tributário;
 - ✓ Participação nas diversas ações de socialização do Anteprojeto do Código da Contratação Pública e do Regime Jurídico de Empreitada de Obras Públicas;
 - ✓ Participação no ateliê sobre “*Novo Paradigma da gestão da dívida*” na Bolsa de Valores;
 - ✓ Participação no curso de “*O funcionamento de Bolsa de Valores e principais instrumentos transacionados.*”
 - ✓ Participação na Conferência “*Dia Mundial do Habitat*”;
 - ✓ Participação na equipa de avaliação para implementação do projeto CAF de Junho a Novembro e elaboração, com apoio do gestor do projeto CAF, as fichas de projetos de comunicação e formação de Outubro a Novembro;

3.2. Formação Externa – objetivo é zelar para uma adequada capacitação dos intervenientes do Sistema Nacional de Contratação Pública

3.2.1. Organização da formação para intervenientes do sistema, incluindo o convite e a inscrição dos participantes bem como a elaboração do programa e dos materiais de apresentação, e produção dos certificados, sendo que dezoito (18) são funcionários das Câmaras Municipais, integrado num projeto financiado pelo Instituto Francês.

3.2.2. Acompanhamento e facilitação da formação que decorreu de 1 a 8 de Julho nas instalações da ARAP, incluindo o acompanhamento dos formandos na elaboração dos trabalhos finais, aplicação e tratamento dos questionários de avaliação, bem como confecção do relatório de formação;

3.2.6. Aplicação de questionários aos colaboradores e adaptação e criação da proposta de questionário CAF *online* para parceiros;

MODERNIZAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E RACIONALIZAÇÃO

AUTORIDADE REGULADORA DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS

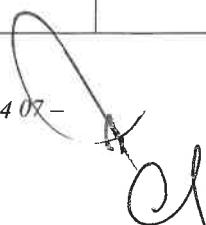
Conselho Administração

3.2.7. Elaboração da proposta de protocolo com as Nações Unidas, visando assegurar a capacitação de todos os intervenientes no sistema nacional de contratação Pública, através de um projeto de reforço das capacidades;

4.1. Resolução de Conflitos – objetivo é apoiar a Comissão de Resolução de Conflitos a zelar pela sã concorrência entre as pessoas físicas ou jurídicas, efetiva ou potencialmente concorrentes ou candidato aos procedimentos de contratação pública

ECO/ NTES	RECORRIDO	RELATOR	ENTRADA	OBJETO DO RECURSO	SITUAÇÃO	EXECUÇÃO
JN dvogados	MFP – DGA	Karine Monteiro	21.03.13	TDR: falta de determinação de critérios de avaliação; Violação TDR: fixação de critérios pelo júri; relatório do júri inconclusivo	Deliberação n.º 1/2013 Provimento do recurso e nulidade de todo processo	Sem informa
JN dvogados	MFP – DGT	Karine Monteiro	18.04.13	Violação TDR: fixação critérios avaliação pelo júri; Alteração pelo júri de critérios de avaliação fixados nos TdR.	Deliberação n.º 2/2013 Provimento Recurso Nulidade avaliação Júri	SEM INFORM
ERART	FICASE	Karine Monteiro	05.06.13	Violação TDR: fixação de critérios de avaliação pelo júri	Deliberação n.º 3/2013 Provimento do recurso e nulidade avaliação juri	EXECUTADA
IL	ANAC	João Gomes	12.08.13	Violação TDR: fixação de critérios de avaliação pelo júri; Falta de audiência prévia antes do	Deliberação n.º 4/2013 Provimento do recurso nulidade avaliação juri	SEM INFORM

MODERNIZAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E RACIONALIZAÇÃO





AUTORIDADE REGULADORA DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS

Conselho Administração

				relatório final; alteração dos critérios de avaliação pelo júri Violação TDR: fixação de critérios de avaliação pelo júri		
olatlântico	Câmara Municipal da Praia – CMP	João Gomes	16.09.13		Deliberação n.º 5/2013 (recurso não admitido - falta competência CRC)	SEM INFORM
IPORTICO	MIEM	Karine Monteiro	10.10.13	Violação e alteração dos TdR	Deliberação n.º 6/2013 (Provimento do recurso e nulidade do processo)	SEM INFORM

5.1. Gestão de RH – objetivo é assegurar a boa gestão dos RH da ARAP

5.1.1. Deliberação de nomeação dos técnicos para o Quadro da ARAP;

5.1.2. Concessão de licença sem vencimento ao Técnico Superior da Unidade de Gestão, Dr. Arlindo Borja; e sua substituição a 20 de Fevereiro pelo Técnico José Lino, recrutado com base no concurso de recrutamento realizado em 2011, por contrato de estágio de um ano;

5.1.3. Recrutamento de um técnico para a Gestão dos RH;

5.1.4. Iniciação do processo de elaboração do Sistema de Avaliação de Desempenho, a ser implementado a partir de 01 de Janeiro de 2014;

5.2. Gestão Financeira e patrimonial – objetivos é assegurar a boa gestão dos recursos financeiros alocados à ARAP

5.2.1. O montante de despesas previstas ascenderam a 31.388.257\$00, o que representa em termos relativos um aumento de na ordem dos 0,2 %, considerando que a despesa prevista no orçamento para funcionamento da ARAP no ano 2012 foi de 24.421.829\$00.

MODERNIZAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E RACIONALIZAÇÃO

Rua Neves Ferreira, N° 05 - Cruzeiro - Zona do Ténis - Plateau - Praia - Cabo Verde - PBX: (+238) 260 04 07 – Fax: (+238) 261 5666 – C.P. 787 - www.arap.cv

AUTORIDADE REGULADORA DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS

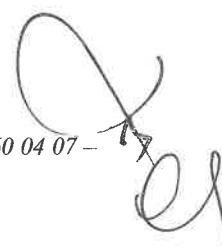
Conselho Administrativo

De realçar as rúbricas (02.01.01.02.07) – Formação, (02.02.01.01.02) – Combustíveis e Lubrificantes, (02.02.02.00.02) – Conservação e Reparação de Bens, (02.02.02.00.07) – Publicidade e Propaganda, (02.02.02.00.09) – Deslocações e Estadas e (03.01.01.02.03.01) – Equipamento Administrativo – Aquisições, que sofreram, ao longo do processo de execução do orçamento, alterações nos valores inicialmente propostos, motivados pelas necessidades surgidas no decurso do ano em análise. O mapa a seguir dá-nos uma ideia de como se comportaram as rubricas no exercício económico de 2013:

Execução Orçamento Autoridade Reguladora De Aquisições Públicas	Ano 2013			
	Orç_Inicial	Orç_Actual	Realizado	% Pago
02.01.01.03-Pessoal Contratado	18.517.000	18.517.000	16.349.642	88,3%
02.01.01.02.01-Gratificações Permanentes	2.520.000	2.520.000	2.452.500	97,3%
02.01.01.02.02-Subsídios Permanentes	360.000	360.000	264.666	73,5%
02.01.01.02.04-Gratificações Eventuais	600.000	600.000	250.000	41,7%
02.01.01.02.05-Horas Extraordinárias	55.999	55.999	42.006	75,0%
02.01.01.02.07-Formação	300.000	500.000	440.440	88,1%
02.01.02.01.01-Contribuições Para A Segurança Social	2.777.550	2.777.550	2.349.198	84,6%
02.01.02.01.03-Abono De Família	12.000	12.000	10.195	85,0%
02.01.02.01.04-Seguros De Acidentes No Trabalho	10.080	10.080	0	0,0%
02.02.01.00.05-Material De Escritório	204.000	204.000	112.605	55,2%
02.02.01.01.00-Livros E Documentação Técnica	25.000	25.000	0	0,0%
02.02.01.01.02-Combustíveis E Lubrificantes	528.000	269.600	269.000	99,8%
02.02.01.01.03-Material De Limpeza, Higiene E Conforto	72.000	72.000	47.741	66,3%
02.02.01.09.09-Outros Bens	136.000	136.000	70.399	51,8%
02.02.02.00.02-Conservação E Reparação De Bens	345.308	403.708	271.091	67,2%
02.02.02.00.03-Comunicações	480.000	480.000	360.317	75,1%
02.02.02.00.05-Água	180.000	180.000	155.051	86,1%
02.02.02.00.06-Energia Eléctrica	396.000	396.000	0	0,0%
02.02.02.00.07-Publicidade E Propaganda	600.000	940.000	846.601	90,1%
02.02.02.00.08-Representação Dos Serviços	25.000	25.000	0	0,0%
02.02.02.00.09-Deslocações E Estadas	1.800.000	560.000	438.801	78,4%
02.02.02.01.00-Vigilância E Segurança	1.192.320	1.192.320	1.192.320	100,0%
02.02.02.09.09-Outros Serviços	200.000	200.000	149.275	74,6%
02.08.01-Seguros	25.000	25.000	14.264	57,1%
03.01.01.02.03.01- Equipamento Administrativo-Aquisições	27.000	927.000	0	0,0%
Totais	31.388.257	31.388.257	26.086.112	83,11%

MODERNIZAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E RACIONALIZAÇÃO

Rua Neves Ferreira, N° 05 - Cruzeiro - Zona do Ténis - Plateau - Praia – Cabo Verde - PBX: (+238) 260 04 07 –
Fax: (+238) 261 5666 – C.P. 787 - www.arap.cv





AUTORIDADE REGULADORA DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS

Conselho Administração

Em termos percentuais, a execução orçamental deste ano foi de 83,11%, este facto deve-se a boa execução das atividades e as despesas programadas. De referir que esta execução poderia ser superior ao alcançado, caso a Direção Geral do tesouro não tivesse nos rejeitado um conjunto de cabimentações e tivesse feito o respetivo pagamento. Na verdade, sem que nos tivesse sido dado uma justificação plausível, a Direção Geral do Tesouro nos rejeitou um total de 7 cabimentos que perfazia o montante de 990.704\$00 (Novecentos e noventa mil, setecentos e quatro escudos), sendo de destacar o cabimento nº 2593265 de 25 de Novembro de 2013 no valor de 880.100\$00 (Oitocentos e oitenta mil e cem escudos). Este montante foi destinado à aquisição de equipamentos informáticos, necessários ao normal funcionamento da instituição. Todo o trabalho feito no sentido da transferência de verbas da rúbrica (02.02.02.00.09) – Deslocações e Estadas para a rúbrica (03.01.01.02.03.01) – Equipamentos Administrativos – aquisições que nos permitisse a compra dos referidos equipamentos, até agora não surtiu qualquer efeito. Situação que nos tem provocado uma série de constrangimentos, designadamente junto ao fornecedor, uma vez que o orçamento para 2014 não nos permite a realização deste compromisso sem comprometer outras atividades previstas para 2014.

Os restantes cabimentos que nos foram rejeitados foram: (a) cabimento nº 2610382 de 29/11/2013 no valor de 55.000\$00; (b) cabimento nº 2564580 de 20/11/2013 no valor de 14.002\$00; (c) cabimento nº 2564607 de 20/11/2013 no valor de 14.002\$00; (d) cabimento nº 2612523 de 29/11/2013 no valor de 4.000\$00; (e) cabimento nº 2413384 de 17/09/2013 no valor de 6.000\$00; (f) cabimento nº 2612547 de 29/11/2013 no valor de 17.600\$00

De destacar ainda:

- Elaboração da Conta de Gerência de 2012, submetido ao Tribunal de Contas;
- Supressão da atribuição do grilo profissional aos colaboradores da ARAP, exceto secretária, condutor e membros do CA;
- Aquisição de equipamentos informáticos.

MODERNIZAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E RACIONALIZAÇÃO

AUTORIDADE REGULADORA DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS

Conselho Administração

5.3. E-procurement – objetivos é apoiar o MFP através da DSCP e da UMS e o NOSI no desenvolvimento da plataforma eletrónica de compras públicas, visando assegurar a transparência e a celeridade na condução dos procedimentos.

5.3.1. Organização de uma missão de *benchmarking* em Lisboa de 4 a 8 de Fevereiro, com uma equipa composta por um integrante da ARAP, da UMS e DSCP do MFP;

5.3.2. Participação em encontros semanais e quinzenais, em duas equipas, por forma a garantir o acompanhamento do desenvolvimento da plataforma, mas também para informar sobre a reforma legal e sintonizar com os demais projetos da reforma.

CAPITULO V. CONCLUSÃO

Podemos concluir que as atividades previstas no Plano de atividades para o ano de 2013, foram cumpridos, quase na sua globalidade.

Foi ainda dimensionado:

- ✓ A institucionalização dos Balanços Trimestrais, por forma a permitir conhecer e analisar os constrangimentos na execução do plano de atividades e poder fazer os ajustes adequados visando alcançar os objetivos e os resultados.
- ✓ A produção de relatórios, memorandos, fichas de evento e termos de referência, no âmbito da atuação de cada colaborador;
- ✓ A necessidade de programar atividades em conformidade com a nossa capacidade e recursos disponíveis, visto que a várias atividades programadas não foram executadas.

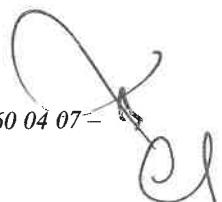
CAPITULO VI. RECOMENDAÇÕES

6.1. No que tange aos processos de contratação pública:

- ✓ Definição dos modelos de avaliação das propostas no âmbito dos documentos de procedimento;

MODERNIZAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E RACIONALIZAÇÃO

Rua Neves Ferreira, N° 05 - Cruzeiro - Zona do Ténis - Plateau - Praia - Cabo Verde - PBX: (+238) 260 04 07 -
Fax: (+238) 261 5666 - C.P. 787 - www.arap.cv



AUTORIDADE REGULADORA DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS

Conselho Administração

-
- ✓ Necessidade de comunicação e notificação;
 - ✓ Nomeação do júri no início do procedimento;
 - ✓ Aceitação das recomendações emitidas pela ARAP - Diretivas;
 - ✓ Clarificação sobre os documentos de procedimentos: convite, caderno de encargos; programa de concurso, termos de referência;
 - ✓ Seguimento e cumprimento pelo júri, dos critérios de avaliação fixados nos documentos de procedimentos pela entidade adjudicante ou UGA;
 - ✓ Esclarecimento das competências do júri;
 - ✓ Acompanhar a execução das decisões da CRC, de modo a imprimir maior eficácia às deliberações da CRC, designadamente quanto ao seu eventual incumprimento.
 - ✓ Partilha de informações.

6.2 – No que tange a Gestão Financeira e Patrimonial

Da análise efetuada ao orçamento da ARAP para o ano 2014 e aos compromissos assumidos até a presente data, é de se ter uma discussão aberta com os responsáveis do Ministério das Finanças e do planeamento, no sentido da descativação do agrupamento das despesas com aquisições de bens e serviços, sob pena de continuarmos a adiar os compromissos já assumidos e em dívida.

O orçamento para 2014 ascende o montante de 31.388.257, sendo 25.919.629 pertencente ao agrupamento das despesas com o pessoal e 5.468.628 pertencente ao agrupamento das despesas com aquisições de bens e serviços.

O valor das despesas com aquisições de bens e serviços (5.468.628) sofreu uma cativação de 30% o equivalente a 1.640.588, significando que em termos da disponibilidade orçamental só vamos ter 3.828.040 para fazer face aos compromissos com aquisição de bens e serviços.

MODERNIZAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E RACIONALIZAÇÃO

AUTORIDADE REGULADORA DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS

Conselho Administração

ORÇAMENTO ARAP 2014

ARAP 2014	Cativo		Orçamento Livre	Orçamento Mensal
	Orç actual	30%		
02.01.01.01.02-Pessoal Do Quadro	17.557.000	0	17.557.000	1.463.083
02.01.01.01.03-Pessoal Contratado	1.440.000	0	1.440.000	120.000
02.01.01.02.01-Gratificações Permanentes	2.520.000	0	2.520.000	210.000
02.01.01.02.02-Subsídios Permanentes	360.000	0	360.000	30.000
02.01.01.02.04-Gratificações Eventuais	600.000	0	600.000	50.000
02.01.01.02.05-Horas Extraordinárias	55.999	0	55.999	4.667
02.01.01.02.07-Formação	300.000	0	300.000	25.000
02.01.01.03.06-Promoções	287.000	0	287.000	23.917
02.01.02.01.01-Contribuições Para A Segurança Social	2.777.550	0	2.777.550	231.463
02.01.02.01.03-Abono De Família	12.000	0	12.000	1.000
02.01.02.01.04-Seguros De Acidentes No Trabalho	10.080	0	10.080	840
02.02.01.00.05-Material De Escritório 30 %	204.000	61.200	142.800	11.900
02.02.01.01.00-Livros E Documentação Técnica 30 %	25.000	7.500	17.500	1.458
02.02.01.01.02-Combustíveis E Lubrificantes 30 %	500.000	150.000	350.000	29.167
02.02.01.01.03-Material De Limpeza, Higiene E Conforto 30 %	72.000	21.600	50.400	4.200
02.02.01.09.09-Outros Bens 30 %	136.000	40.800	95.200	7.933
02.02.02.00.02-Conservação E Reparação De Bens 30 %	345.308	103.592	241.716	20.143
02.02.02.00.03-Comunicações 30 %	480.000	144.000	336.000	28.000
02.02.02.00.05-Água 30 %	180.000	54.000	126.000	10.500
02.02.02.00.06-Energia Elétrica 100%	396.000	118.800	277.200	23.100
02.02.02.00.07-Publicidade E Propaganda 30 %	600.000	180.000	420.000	35.000
02.02.02.00.08-Representação Dos Serviços 30 %	123.000	36.900	86.100	7.175
02.02.02.00.09-Deslocações E Estadas 30%	1.000.000	300.000	700.000	58.333
02.02.02.01.00-Vigilância E Segurança 0%	1.192.320	357.696	834.624	69.552
02.02.02.09.09-Outros Serviços 30%	190.000	57.000	133.000	11.083
02.08.01-Seguros 0%	25.000	7.500	17.500	1.458
Total 2014	31.388.257	1.640.588	29.747.669	2.478.972

Aprovado pelo CA, aos 07 de Fevereiro de 2014

O Conselho de Administração,

Carla Soares de Sousa
Presidente

João Ilídio Tavares
/Administrador/

MODERNIZAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E RACIONALIZAÇÃO

Rua Neves Ferreira, N° 05 - Cruzeiro - Zona do Ténis - Plateau - Praia - Cabo Verde - PBX: (+238) 260 04 07 –
Fax: (+238) 261 5666 – C.P. 787 - www.arap.cv

